santa maria da feira

EDITAL

Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:----------

Torna Público que, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se afixa, no átrio do edifício dos Paços do Concelho, a ata da reunião ordinária desta Câmara Municipal de 3 de janeiro de 2018, aprovada na reunião ordinária de 29 de janeiro de 2018. ----------

Paços do Concelho de Santa Maria da Feira, 30 de janeiro de 2018.----------

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(EMÍDIO FERREIRA DOS SANTOS SOUSA)

Ata n.º 7 – No dia 3 de janeiro de 2018, na cidade de Santa Maria da Feira, nos Paços do Município e Sala Anexa à Presidência, reuniu, às 14 horas e 30 minutos, a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara, Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e com a presença dos Srs. Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Lia Andreia Cristóvão Ferreira e Délio Manuel Ferreira Carquejo. ----------

Presente também o Sr. Bruno Miguel de Sousa Mota, em substituição do Sr. Vereador António Ferreira de Bastos, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual. ----------

Secretariou a reunião a Técnica Superior da Divisão de Apoio Técnico, Maria Isabel Soares Campos e Sousa, designada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 16 de outubro de 2017. ----------

ORDEM DO DIA ----------

1 – Atas ----------

- **Reunião ordinária de 4 de dezembro de 2017** ----------
- **Reunião ordinária de 18 de dezembro de 2017** ----------
- **Reunião extraordinária de 27 de dezembro de 2017** ----------

2 – Processos de Urbanização e Edificação ----------

3 – Parceria com a Fundação da Juventude no âmbito do projeto Get Forward ----------

- **Aprovação da minuta do protocolo** ----------

4 – Empreitada de "Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos

– Santa Maria da Feira" ----------

- Pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada ----

---

A reunião foi declarada aberta pelo Sr. Presidente. ----------

---

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA----------

- Encerramento do posto de atendimento dos CTT, em Paços de Brandão----------

O vereador Délio Carquejo interveio dizendo que mau grado, neste momento, viver em Paços de Brandão, o que hoje traz à reunião de Câmara é a notícia triste de mais um encerramento de um serviço público de referência, que são os CTT, estando já adiantada a morte do posto de atendimento em Paços de Brandão. ----------

Disse que se vê, paulatinamente, a Freguesia de Paços de Brandão perder todo o tipo de serviços, dizendo que foram os bancos e, agora, os CTT, e que, já em devido tempo, também se alertou para que os Serviços de Finanças já estiveram para encerrar, sendo que, neste momento, se teme que aquele que ainda é agora e será o último serviço público a existir nessa freguesia, que são os Serviços de Finanças, possa também estar próximo do seu fim.----------

O vereador Délio Carquejo prosseguiu dizendo que se tem assistido também, ultimamente, a uma defesa pública da escola pública e do ensino secundário em Paços de Brandão, por parte dos deputados que representam Santa Maria da Feira na Assembleia da República, pelo que gostaria que, de facto, este fosse o momento em que se afirmasse essa postura de querer serviços públicos, e que esse serviço público seja

exercido na Freguesia de Paços de Brandão. ----------

Referiu que não sabe se o Sr. Presidente já tem uma tomada de posição sobre esta matéria, comentando que provavelmente terá, porque ela mexe com os munícipes, frisando que se sabe que a população está a envelhecer, e que Paços de Brandão, neste momento, tem muita população envelhecida, que se sabe também que este serviço é um serviço público de excelência, porque é lá onde as pessoas vão buscar as suas reformas, onde vão depositar as suas cartas, etc., pelo que, não tendo este serviço, vai dificultar de alguma maneira o dia-a-dia destas famílias. ----------

O vereador Délio Carquejo concluiu dizendo que pensa que todos os membros da Câmara estarão pela defesa deste serviço, pelo que gostaria que o Sr. Presidente se pronunciasse sobre esta matéria, e gostaria também de reforçar que, já que se está a tentar fechar este serviço público, é altura de se aproveitar para marcar posição também e afirmar, por outro lado, que se continua na defesa daquilo que deve ser a escola pública e o ensino secundário em Paços de Brandão. ----------

- Artigo 153.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018 ----------

A vereadora Margarida Gariso referiu que o Orçamento do Estado para 2018, no seu artigo 153.º, estabelece um regime excecional das redes secundárias de faixas de gestão de combustível, em que determina que, até 31 de maio de 2018, as Câmaras Municipais garantam a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível, devendo substituir-se aos proprietários, quando eles não o façam, para defesa da floresta contra incêndios. ----------

Disse que o Orçamento do Estado prevê verbas, prevê condições e prevê

penalizações caso as Câmaras Municipais não o executem, referindo que a penalização passa por fazer com que, a um Município que não cumpra, seja retido, no mês seguinte, 20% do duodécimo das transferências correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro. ----------

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que 31 de maio está já aí, pelo que gostava de saber se a Câmara Municipal já se inteirou desta situação, dizendo que sabe que é recente, mas que seja como for, tendo o Concelho uma dimensão de cerca de 216 Km² e sendo 50% do território florestal, há um desafio a vencer, havendo uma meta e um objetivo que está estabelecido. ----------

Disse que também é sabido que está, na página eletrónica da Câmara Municipal, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, que está caducado desde 2015, pelo que gostava de saber o que está a ser feito no sentido de garantir a sua atualização, porque, desde logo, é um documento estruturante para garantir a segurança do território, nomeadamente contra catástrofes, incêndios, sismos, inundações e outros, e que prevê obrigatoriamente simulacros. ----------

A vereadora Margarida Gariso concluiu dizendo que, por outro lado, também há a obrigação de o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios estar absolutamente atualizado até 31 de março de 2018, pelo que gostava de saber até que ponto a Câmara está a inteirar-se e a cumprir com aquilo que está determinado, para que o Município, de facto, fique seguro, conforme aquilo que se pretende com esta medida a nível do Orçamento do Estado para 2018. ----------

- Fugas de água na rede pública no Europarque----------

A vereadora Margarida Gariso disse que, na sequência da questão que

colocou, oportunamente, sobre a percentagem de água perdida na rede pública por fugas, relativamente ao Europarque concluiu-se que as fugas representariam mais de 30%, pelo que gostava de saber se, nos quatro milhões de investimento que estão previstos no Orçamento Municipal para 2018, está prevista esta correção. ----------

- Portal da Queixa ----------

A vereadora Margarida Gariso referiu que existe um Portal da Queixa, onde são feitas queixas pelos munícipes e pelos cidadãos, em relação aos serviços públicos e outros serviços. ----------

Disse que há quatro queixas dirigidas à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, duas de 2015 e duas de 2016, em que cidadãos feirenses queixam-se de ruídos, de perturbação da sua vida, de falta de iluminação, no caso de um cidadão de Travanca que, inclusivamente, se queixa que a mãe já foi assaltada até mais do que uma vez por força da circunstância de ter havido cortes na iluminação pública, porque a casa é isolada. ----------

Concluiu referindo que gostava de saber por que razão a Câmara Municipal, se tem conhecimento daquelas queixas, comentando que é normal que tenha, não respondeu, até à data, aos cidadãos feirenses. --

- Falta de rede e serviço de cabo de fibra ótica ----------

A vereadora Lia Ferreira interveio e começou por dizer que, numa lógica construtiva, gostaria de deixar umas notas, porque acha que é importante a Câmara acompanhar estas questões e procurar soluções para as resolver. ----------

Disse que uma delas prende-se com a questão da falta de rede e o serviço de cabo de fibra ótica, que tem sido já motivo de queixa em

várias freguesias, em especial e nomeadamente em Romariz, onde há muitos cortes nas redes e o serviço que chega por fibra ótica é inferior àquele que está a ser contratualizado, acrescentando que, por exemplo, no centro da cidade de Santa Maria da Feira, a fibra ótica não chega com a qualidade que foi contratualizada, porque há falhas do serviço. -- Concluiu referindo que seria interessante a Câmara poder, de alguma forma, perceber o que se está a passar e poder intervir no sentido de auxiliar os feirenses. ----------

- Entupimento dos serviços hospitalares ----------

A vereadora Lia Ferreira disse que, apenas como manifestação de uma preocupação, lembrava que está-se agora num boom de gripes e pneumonias, em que os hospitais tendem a ficar entupidos, pelo que era importante que a Câmara acompanhasse a situação porque convém precaver os serviços para os feirenses.----------

- Passeios junto à Escola Secundária de Santa Maria da Feira --------

A vereadora Lia Ferreira referiu que, na sequência do corte de árvores que foi feito na Escola Secundária de Santa Maria da Feira, os passeios à volta estão em muito mau estado, pelo que gostaria de saber se está prevista alguma intervenção para breve, para repor a qualidade daqueles passeios.----------

- Esterilização de animais entregues para adoção ----------

A vereadora Lia Ferreira disse que, tendo em conta que já se está em 2018, e se tem falado muito das questões dos animais e da sua esterilização, gostava de saber se todos os animais que estão a ser entregues para adoção já estão esterilizados conforme seria expectado. -

- Festa das Fogaceiras----------

O vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, fez a distribuição, aos restantes membros da Câmara, de uma brochura alusiva à efeméride. ----------

Disse que a secular Festa das Fogaceiras é uma tradição deste território, que abarca a antiga região medieval das Terras de Santa Maria, que se realiza com uma tradição que já ultrapassou os cinco séculos, e que, além de ser das mais antigas festividades de Portugal, e particularmente do Norte de Portugal, é, com toda a certeza, se não a mais, uma das mais internacionais festividades, uma vez que se celebra anualmente na diáspora, nas comunidades de Caracas, na Venezuela, de Pretória, na África do Sul, e do Rio de Janeiro, no Brasil. ----------

Referiu que o programa cultural e artístico da Festa das Fogaceiras percorre todo o mês de janeiro, com atividades e eventos dirigidos a todos os públicos, e que compagina uma lógica de promoção dos agentes culturais locais e, particularmente, da apresentação de produções inéditas, em estreia absoluta. ----------

Disse que do programa constam as sinergias dos museus do território, que, durante este período, têm exposições temáticas e ações de mediação, além de ofertas de workshops e de oficinas dedicadas, referindo que gostaria de sublinhar o papel, neste caso do Museu de Santa Maria de Lamas, na exposição "São Sebastião: O Voto - A Identidade - A Arte", que estará patente até ao dia 31 do mês em curso, e da qual deriva uma ação de mediação dirigida ao público família, para a construção de objetos icónicos que têm por base o voto secular, a tradição, seja a figura do pão doce, seja a figura da menina que transporta a fogaça à cabeça e assim cumpre o voto, fazendo-o com um

recurso cuja transformação é particularmente grata dos feirenses que é a cortiça. ----------

Disse que é também de sublinhar e salientar as importantes ações de mediação que o Município realiza, particularmente no trabalho do setor da Educação, na difusão da tradição, e que acontecem de 4 a 17 de janeiro, nas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, numa abordagem a toda a comunidade escolar do Concelho, e também nos jardins-de-infância do Concelho, com leituras animadas, que têm por base também conteúdos históricos da festividade do Concelho, salientando ainda a atividade "Cumprindo a Tradição", que decorre de 9 a 19 de janeiro, no Museu Convento dos Lóios, que também aborda a temática da construção de símbolos emblemáticos da Festa. ----------

O vereador Gil Ferreira prosseguiu dizendo que, passando ao programa cultural e artístico propriamente dito, o mesmo encerra uma oferta variada, que começa, desde já, no próximo sábado, dia 6 de janeiro, às 21h30, com o concerto da pianista coreana Sonya Bach & ConcentusPerTempora - Ensemble, na Biblioteca Municipal, com entrada livre. ----------

Referiu que a programação abarca ainda outras ofertas, nomeadamente o cinema para famílias, o cinema infantil, no dia 7 de janeiro, na Biblioteca Municipal, ou a programação de cinema regular com "A Paixão de Van Gogh", de Hugh Welchman, no dia 10, também na Biblioteca Municipal. ----------

Disse que há ainda um conjunto de exposições, por exemplo, a "Fogaça com Arte", que é inaugurada no dia 12, e que estará patente de 12 a 28 de janeiro, no Cineteatro António Lamoso, que expõe os trabalhos dos

alunos de Artes do Agrupamento de Escolas de Santa Maria da Feira. --
Continuando a sua intervenção, o vereador Gil Ferreira referiu que, na Música ainda, ocorrerá a estreia absoluta de Filarmonia no Fado, na qual a fadista feirense Sandra Correia, já com uma carreira internacional, particularmente em diversas comunidades da diáspora, se encontra, no grande auditório do Europarque, com cerca de 250 músicos, todos eles oriundos do Concelho, os músicos das quatro bandas filarmónicas centenárias concelhias. Sublinhou que é uma obra única, uma estreia absoluta, com arranjos do maestro prestigiado e premiado internacionalmente Luís Cardoso.----------
Disse que haverá um conjunto de oficinas e workshops nos museus, nomeadamente, no Convento dos Lóios, na atividade "Domingo da Família", e que, também com o objetivo de envolver o tecido associativo, acontece e é acolhido, na programação, o XV Encontro de Grupos de Cantadores de Janeiras e de Reis, uma organização do Grupo Danças e Cantares Regionais da Feira, no dia 14 de janeiro, no Cineteatro António Lamoso, com entrada livre.----------
Referiu que haverá ainda um conjunto de outras atividades, que gostaria de sublinhar, nomeadamente a exposição temática "Reinventar o Traje das Fogaceiras", que estará, nos dias 19 e 20, exposta no centro histórico de Santa Maria da Feira, na Praça Gaspar Moreira, e que é um trabalho particularmente importante, porque envolve os jardins-de-infância, as escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, e as IPSS do Concelho de Santa Maria da Feira nesta atividade em torno também do voto secular.----------
Disse também que o programa oficial é aquele que todos conhecem,

com o cortejo cívico, às 10h30, a missa solene com bênção das fogaças, às 11h00, e, às 15h30, a majestosa procissão, se o tempo assim permitir, acrescentando que a missa solene com bênção das fogaças será transmitida em direto, em ecrã gigante, no exterior, e em live streaming no Facebook, particularmente para chegar às comunidades feirenses no mundo. ----------

O vereador Gil Ferreira prosseguiu referindo que, ainda a decorrer durante este dia, haverá o concurso de desenho "As Fogaceiras na Rua", uma organização do Rotary Clube da Feira, que se destina aos jovens dos quinze aos vinte e três anos, e que o programa do feriado municipal encerra à noite com o tradicional teatro-revista, no Cineteatro António Lamoso, às 21h30. ----------

Disse que a programação contempla ainda elementos relacionados com o voto, nomeadamente uma parte relevante na gastronomia, e que o "Fogaça com todos" acontece no dia 22 de janeiro, na Escola Secundária de Santa Maria da Feira, juntando a fogaça com a declamação da poesia, e com um conjunto de iguarias, nomeadamente néctares vínicos, sempre com a presença de um enólogo convidado, também uma organização do Rotary Clube da Feira, acrescentando que realiza também, no dia 28 de janeiro, a Rota da Fogaça. ----------

Referiu que o programa encerra com música, "Canções Feirenses", que é um trabalho de pesquisa, de recolha de um conjunto de obras populares inéditas de compositores feirenses, que tem origem em diversas operetas e obras de teatro musical, que Santa Maria da Feira viu nascer e estrear ainda no extinto Teatro D. Fernando, e que a Academia de Música de Santa Maria da Feira, em boa hora, num

projeto apoiado pelo Programa de Apoio a Projetos Culturais, apresentará no dia 28, no encerramento, às 17h00, no Cineteatro António Lamoso.----------

O vereador Gil Ferreira concluiu dizendo que o programa da Festa das Fogaceiras é composto assim por música, teatro, exposições, etnografia, ações de mediação, oficinas e workshops, gastronomia, desporto e cinema, num conjunto de dezoito atividades, entre 4 e 28 de janeiro.----

A Câmara tomou conhecimento. ----------

- Imaginarius 2018----------

O vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, referindo-se ao Imaginarius 2018, disse pretender dar a conhecer à Câmara dois processos que concorrem para a definição da programação, nomeadamente a Call de Apoio à Criação Local, que encerrou no mês de dezembro de 2017, e que selecionou duas propostas de criadores do Concelho de Santa Maria da Feira, entre os dez que se apresentaram a concurso, e que permitirá apresentar, em estreia absoluta, os projetos "Love Doll" de Rina Marques e Rui Paixão, com a curadoria de um prestigiado bailarino e coreógrafo, Marco Ferreira, que será o orientador e curador desta criação, e o "Houston, we have a problem" de Telmo Ferreira, também um agente local.---------

Referiu também que o concurso internacional Mais Imaginarius fechou no dia 31 de dezembro de 2017 e totalizou um conjunto de 295 candidaturas, oriundas de 49 países, dizendo que 49 países é um número ainda a validar, com uma validação mais fina, porque reparara que é mencionada Reunião que, na realidade, pertence a França, não sendo um país.----------

Disse assim que há esta questão a definir, mas que serão, nesse caso, 48 nacionalidades, que é o maior número de nacionalidades de sempre presentes neste concurso, desde 2009 até 2018, esclarecendo que o júri irá selecionar as 20 propostas que estarão em competição, de entre estas 295 candidaturas de, seguramente, 48 países.----------

Acrescentou que são propostas oriundas dos cinco continentes, da Oceania, 12 de África, 31 da América do Norte e do Sul, 5 da Ásia, sendo o maior número de propostas da Europa, e de países como Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Camarões, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Egito, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Gana, Grécia, Holanda, Hungria, Índia, Indonésia, Irão, Irlanda, Israel, Itália, Lituânia, Marrocos, México, Nigéria, Noruega, Perú, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, Roménia, Rússia, Suíça, Tailândia, Tanzânia, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela e de Reunião, que pertence a França, ----------

O vereador Gil Ferreira concluiu dizendo que é esta a paleta da multiculturalidade, num número sem precedentes no concurso internacional Mais Imaginarius, que afirma, assim, uma estratégia de internacionalização e de difusão nas rotas internacionais da marca Santa Maria da Feira, da marca Imaginarius. ----------

A Câmara tomou conhecimento. ----------

- V Capital da Cultura do Eixo Atlântico----------

O vereador do Pelouro da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Gil Ferreira, informou que, no próximo dia 12 de janeiro, será feita uma conferência de imprensa para apresentação da programação integral da

V Capital da Cultura do Eixo Atlântico, dizendo que, naturalmente, os membros da Câmara estão todos convidados para assistir a este momento. ----------

A Câmara tomou conhecimento. ----------

- Ponto da situação da Requalificação da Rua dos Camalhões e Rua Santa Isabel, em Argoncilhe ----------

O vereador Bruno Mota disse que gostava de saber o ponto da situação da Requalificação da Rua dos Camalhões e Rua Santa Isabel, em Argoncilhe, designadamente para quando está previsto o início da obra, sabendo que o protocolo entre as Câmaras de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia já foi assinado e a obra já foi adjudicada. ----------

Em resposta às questões colocadas, o Sr. Presidente começou por referir-se à questão colocada pelo vereador Délio Carquejo no âmbito do **encerramento do posto de atendimento dos CTT, em Paços de Brandão**, e disse que é um assunto que está a tratar, e do qual tinha tomado conhecimento pela imprensa, frisando que o Município não foi informado antecipadamente, e que já viu que alguns colegas seus de outros municípios, como Vila Real e Famalicão, já reagiram. ----------

Referiu que esteve reunido, hoje de manhã, com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, e que vão reunir com responsáveis dos CTT para ver o que se pode fazer, dizendo que o objetivo é evitar que encerre, mas que ainda se vai ver qual é a situação, pelo que é prematuro estar a tomar uma posição. ----------

A vereadora Margarida Gariso interveio referindo pretender dar uma pequena sugestão. Disse que, quando os vereadores do Partido Socialista defenderam os Espaços Cidadão para as freguesias, tiveram

justamente subjacente a ideia de poder agregar outros serviços, atendendo à previsível tendência de cortes, de afastamento, à centralização de serviços, quer ao nível municipal, quer ao nível do País. Disse também que o sugeriram, porque entendiam que era um caminho que podia ser trilhado, independentemente da posição que, a nível de Governo, se possa fazer para interceder junto dos CTT para não acabar com um serviço importante como este, que é também um serviço de proximidade, dizendo assim que era justo avançar para um protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa, para a criação dos chamados Espaços Cidadão nas juntas de freguesia, começando desde logo pela de Paços de Brandão, que está já a sofrer este revés, e tinha já a ameaça, há muito tempo, do encerramento da Repartição de Finanças. ----------

Concluiu dizendo que isto já sucedeu no passado em relação, por exemplo, aos CTT de Mozelos e de Milheirós de Poiares, e que a tendência é que possa vir a continuar a suceder, pelo que os vereadores do Partido Socialista entendem que, para se poder controlar isto, é justamente avançar para a criação dos Espaços Cidadão nas juntas de freguesia, como sempre defenderam.----------

O Sr. Presidente referiu que, em seu entender, dever-se-ia reservar a tomada de posição até ele próprio ter a conversação a que aludira, dizendo que, na sua opinião, primeiro, deve-se esgotar os mecanismos de diálogo e, depois, partir para outras formas de tratar os problemas, pelo que se deverá aguardar mais uns dias até ele ter oportunidade de ter a referida reunião.----------

Prosseguiu dizendo que, para si, os Espaços Cidadão não são nenhuma

novidade, pois foram lançados pelo Governo do Primeiro-Ministro Dr. Passos Coelho, do qual era Secretário de Estado o Dr. Cardoso da Costa, que veio ao Município apresentar uma proposta nesse âmbito e que a Câmara apresentou às juntas de freguesia. ----------

Disse que, apesar de não ter interferido nas decisões, desde a primeira hora pareceu-lhe uma tentativa da Administração Central de transferir despesas para as juntas de freguesia e ficar com uma percentagem significativa da receita, uma vez que a Administração Central dava um computador ou dois, e as juntas de freguesia suportavam os dois ou três trabalhadores que era necessário contratar. ----------

O Sr. Presidente concluiu referindo que a Câmara promoveu uma abertura total às juntas de freguesia, mas que não houve recetividade por parte das juntas de freguesia, dizendo contudo que é um processo que, em qualquer momento, qualquer junta de freguesia poderá assumir.----------

A vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que a instalação de um Espaço Cidadão com equipamentos poderá custar 5.000,00 €, ao que o Sr. Presidente referiu que o problema são os custos do funcionamento, tendo a vereadora Margarida Gariso destacado o benefício que aqueles espaços trazem às populações, destacando ainda que, tendencialmente, o fenómeno da concentração não se passa só a nível nacional, estando a passar-se ao nível dos municípios, nomeadamente com a extinção de freguesias, o que cria desertificação, que poderia ser combatida com estes espaços, dizendo ainda que basta olhar para o que se passa noutros concelhos e ver a experiência aí vivida para verificar as grandes mais-valias para as populações. ----------

Prosseguiu dizendo que, se o Partido Socialista tivesse ganho a Câmara, teria avançado com este processo, porque era um compromisso que assumiu, e iria fazer com que os serviços camarários fossem simplificados, para que os postos de atendimento dos serviços da Câmara fossem nesses Espaços Cidadão nas juntas de freguesia, até porque não existem serviços públicos de transporte, e existe uma população tendencialmente mais envelhecida, evitando-se assim a sua deslocação e estabelecendo-se uma maior e mais equilibrada distribuição das pessoas no território. ----------

O Sr. Presidente disse que é a opinião da vereadora Margarida Gariso. Fez sobressair que este assunto foi estudado aprofundadamente há cerca de 4 ou 5 anos, sublinhando que os serviços que o Espaço Cidadão contempla são mínimos e que têm custos brutais para as juntas de freguesia, serviços esses que, hoje, facilmente se tratam através da internet, e que as juntas de freguesia que têm funcionários a tempo inteiro já prestam esses serviços, totalmente gratuitos, às populações. ----------

Verificou-se, de seguida, uma troca de impressões sobre os motivos que estiveram na origem da criação dos Espaços Cidadão e sobre as valências das Lojas do Cidadão e dos Espaços Cidadão, tendo o Sr. Presidente reafirmado que, quanto à questão levantada, que foi o fecho do balcão dos CTT, iria ter uma reunião, acompanhado do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, com responsáveis dos CTT, pelo que se aguardaria a evolução do assunto.---

Face à insistência da vereadora Margarida Gariso sobre as mais-valias dos Espaços Cidadão dizendo que o Sr. Presidente só está a ver os

custos do funcionamento do mesmo, o Sr. Presidente sublinhou que aquela vereadora está a confundir Lojas do Cidadão, que a Câmara pretende que se instale, com Espaços Cidadão, que são completamente diferentes, dizendo também que aquela vereadora está a pôr na Câmara uma responsabilidade que a Câmara não tem, e que é com as Juntas de Freguesia.----------

O Sr. Presidente disse que se os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia lhe pedirem a sua opinião dará e explicará o processo, comentando que, caso qualquer Junta de Freguesia pretenda avançar, para ele estará tudo bem porque o Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira tem um conceito de liberdade de exercício das Juntas de Freguesia, e não impõe. ----------

Fez sobressair assim que, quanto aos CTT de Paços de Brandão, tal como já referira, irá, em conjunto com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, reunir com responsáveis dos CTT para ver se se consegue uma solução para o problema. ----------

Fez notar ainda que a evolução tecnológica aponta, cada vez mais, para cada um tratar destes assuntos em casa, dando o exemplo dos Serviços de Finanças que vão deixar de enviar notificações por carta, frisando que, cada vez mais, os serviços públicos vão funcionar online, e que os sucessivos Governos têm trabalhado muito bem a questão da modernização administrativa, que passa pela relação direta com o cidadão. ----------

Disse assim que é isso que vai acontecer, e que é estar a andar para trás pensar em colocar duas ou três pessoas sentadas a um balcão, que não vão ter clientes para tratar dos vários assuntos, e que, ao fim do

mês, representam custos significativos com salários, frisando que isso não é modernizar o País, que está num bom caminho de modernização administrativa, ao que a vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que, então, o Sr. Presidente fica tranquilo com a desertificação do interior. ----------

O Sr. Presidente fez sobressair que Santa Maria da Feira, felizmente, é daqueles concelhos em que não tem havido desertificação, pelo contrário, é dos poucos do País que tem mantido a população, ao que a vereadora Margarida Gariso voltou a insistir dizendo que, por exemplo, a visão do futuro dos vereadores do Partido Socialista era preparar os funcionários municipais para aquilo que fazem na Câmara fazê-lo nas suas freguesias de residência, num Espaço Cidadão, trabalhando lá para a Câmara e trabalhando lá também para outros serviços da Administração Central, justamente porque a tecnologia o permite, proporcionando assim um serviço de proximidade ao cidadão feirense, que nem sequer tem transportes para se deslocar à sede do Concelho.--

O Sr. Presidente contrapôs dizendo que a vereadora Margarida Gariso queria uma camarazinha em cada freguesia, o que é típico de não olhar para as despesas no fim do mês, frisando que ele próprio tem uma visão diferente, que gosta muito de olhar para o equilíbrio orçamental, e que gosta que a Câmara pague a dez dias. ----------

O Sr. Presidente finalizou referindo que não lhe parece que o Espaço Cidadão seja uma necessidade, reafirmando que, se alguma junta quiser avançar, está no seu direito, e a Câmara apoiará.----------

O vereador Délio Carquejo voltou a intervir dizendo que a questão que levanta é exatamente a do serviço público, e que é aqui que a Câmara

tem de batalhar, na defesa do serviço público, que foi para isso que nasceram os CTT, e que não é por ter havido a concessão do serviço público que deixa de ter importância para estas populações. ----------

Disse também que alerta para isto, porque Paços de Brandão foi, provavelmente, uma das vilas de referência de Santa Maria da Feira que, paulatinamente, foi perdendo esse referencial, e que isso está a olhos vistos de quem quer ver, acrescentando que, apesar de tudo que se está a fazer, e bem, em termos das acessibilidades, o facto é que o comércio continua a desaparecer, os serviços desaparecem, existindo neste momento somente um banco, e que também não se sabe até quando se vai manter, dizendo que o Serviço de Finanças estivera para fechar, e que isso volta a estar em equação, pelo que Paços de Brandão, que era uma vila de notoriedade de Santa Maria da Feira, fica despida completamente de qualquer serviço. ----------

O vereador Délio Carquejo concluiu referindo que é isso que preocupa, efetivamente, e que o seu alerta é para que, simplesmente, se olhe para o assunto com um posicionamento de defesa do serviço público. ---------

O Sr. Presidente respondeu que com certeza, e que estão todos de acordo com isso, mas que também se tem de ter a perfeita noção da evolução dos tempos, dizendo que, hoje, os CTT debatem-se com um grande problema que é o facto de a carta, que era o meio tradicional de comunicação, estar claramente substituída pelo e-mail, e que os próprios telefones, hoje, estão a ser substituídos pelos telemóveis, e até pelas conversações em direto no computador, salientando que os CTT não souberam modernizar-se nem souberam aproveitar as novas oportunidades de negócio, como o serviço de entrega de encomendas,

que hoje é maioritariamente feito por outras empresas, e que é extremamente lucrativo.----------

Disse que é a evolução normal do mundo, que é o que está a acontecer, e que vai acontecer em muitas situações, como os bancos em que, antes, cada banco tinha uma delegação em cada freguesia, alguns tinham até mais do que uma, e hoje estão a concentrar os serviços, porque hoje existe o homebanking, o e-mail, a telecomunicação, a videoconferência. ----------

Concluiu dizendo que isto é o novo mundo e que se está a querer que o mundo ande para trás, referindo que se vai proteger o que se puder proteger, mas que todos se convençam que, da mesma maneira que o portageiro da autoestrada é uma figura da história, o mesmo vai acontecer noutros sítios, com outras profissões, ao que o vereador Délio Carquejo retorquiu dizendo que não pode olhar para a situação com tanto fatalismo, tendo o Sr. Presidente dito que não é fatalismo, é evolução.----------

O vereador Délio Carquejo contrapôs dizendo que a evolução tem de ser medida também. Disse que todos sabem, e estão de acordo, que existe uma projeção para o programa governamental de modernização e digitalização da sociedade, mas que o problema é o nível de literacia do território, em que as pessoas não estão preparadas, frisando que, especificamente no território de Paços de Brandão, as pessoas que lá estão a viver, neste momento, têm uma média de idades acima dos quarenta anos, e que praticamente não há jovens, sublinhando que é sociólogo e consegue ler bem as estatísticas, e ver bem que se trata de uma população extremamente envelhecida, que é um problema do

Concelho, conforme tivera já oportunidade de referir oportunamente e manifestar a sua preocupação.----------

Concluiu referindo que tudo isto só para dizer que tudo bem, todos sabem que se está a caminhar para uma era de digitalização, mas que se tem de ter cuidado, porque existe ainda uma franja muito grande da população que não está preparada para isto, e por isso a defesa das pessoas que não têm acesso à literacia digital.----------

O Sr. Presidente fez sobressair que, nesse aspeto, estão todos totalmente de acordo.----------

Finalizando, o Sr. Presidente reafirmou que se vai tentar solucionar a situação dos CTT de Paços de Brandão, e que depois dará nota à Câmara do que for conseguido. ----------

Prosseguindo com as respostas às questões colocadas, o Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, que, referindo-se à intervenção da vereadora Margarida Gariso no âmbito do **artigo 153.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018**, disse que, em relação ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, a maior parte das alterações são pontuais e estão ligadas a pequenos pormenores, tais como números de contactos dos agentes da Proteção Civil, neste caso da Proteção Civil Municipal, até porque os riscos no Concelho são sempre os mesmos, e os pressupostos para acionar o Plano Municipal de Emergência não sofrem alterações significativas.----------

O vereador Vítor Marques disse que, de qualquer forma, já foram dadas ordens, quer à Proteção Civil Municipal quer ao Gabinete Técnico Florestal, para fazerem as alterações necessárias para submeter o Plano

novamente à aprovação da Autoridade Nacional da Proteção Civil. -------
Em relação ao artigo 153.º do Orçamento do Estado para 2018 o vereador Vítor Marques disse que a Câmara está, efetivamente, atenta, e está já não só a aumentar o número pessoas disponíveis para o efeito, em termos de recursos humanos internos, como também em termos de contratação pública, dizendo que gostava de deixar expresso o sentimento de que é muito fácil legislar, porque se, efetivamente, o Estado Central se sente impotente para dar resposta às situações, é muito mais fácil, através de um ato legislativo, transmitir esse ónus para as Câmaras Municipais. ----------
Acrescentou estar convencido que a maior parte das Câmaras Municipais, independentemente de poderem ser penalizadas, não vão conseguir dar a resposta pretendida, apesar de serem muito mais capazes e de darem resposta mais célere do que aquela que davam anteriormente, frisando ainda que, no seu entender, não irá haver penalizações. ----------
O Sr. Presidente interveio também dizendo que o previsto no Orçamento do Estado para 2018 neste âmbito é bom, no seu objetivo, mas que o timing escolhido pelo legislador é uma vergonha, pela pressão que está a ser exercida sobre as autarquias, sublinhando que se está a falar em maio, e que todos devem ter a mínima noção do que é o procedimento de contratação pública, da dificuldade em identificar os proprietários dos terrenos, e todo o procedimento associado ao processo de notificação até à concretização da efetiva limpeza.----------
Referiu que já disse ao Sr. Secretário de Estado que o que o Governo fez é já ter um culpado, que vai ser o pobre do Presidente da Câmara, caso,

no próximo verão, aconteça algum incêndio como os que aconteceram no verão passado, com 111 mortos, sublinhando que espera que isso não aconteça. ----------

Frisou tratar-se de um processo legislativo que, nos processos de intervenção no território, são bons, mas que coloca uma pressão enorme nos municípios, e que ninguém o vai conseguir fazer a tempo, fazendo sobressair que o Município de Santa Maria da Feira vai fazer todos os esforços para o fazer, mas que nem sequer se sabe quem são os proprietários, quantos são os milhares de proprietários que terão que ser notificados, lembrando ainda a obrigatoriedade do processo de contratação pública do serviço, e, depois, a questão de quem vai pagar esse serviço, porque o Estado fez uma lei, mas não enviou dinheiro aos municípios. ----------

O Sr. Presidente voltou a sublinhar que disse, ao Sr. Secretário de Estado, que é o ex-Presidente da Câmara de Arouca, que preza, e que acha que foi uma excelente escolha, que é inadmissível dizer que se vai multar uma Câmara ou que se vai penalizar um Presidente de Câmara ou um vereador, seja ele quem for, com uma lei que transfere toda a responsabilidade para as autarquias sem lhes sequer dar tempo para se prepararem, nem meios financeiros, nem humanos, ressalvando que a Câmara de Santa Maria da Feira até terá capacidade financeira, mas que se imagine como é que uma câmara de um concelho do interior, com poucos milhares de pessoas, como a maioria, vai conseguir dar resposta a esta situação. ----------

A vereadora Margarida Gariso fez notar que a lei prevê meios e mecanismos excecionais, condições mais flexíveis, nomeadamente da

contratação, em que se pode recorrer ao ajuste direto, dizendo que concorda com o Sr. Presidente de que, infelizmente, foi preciso surgir um grande problema para surgirem estas medidas, comentando que é a questão daquela velha máxima que diz que para grandes problemas, grandes soluções, ao que o Sr. Presidente sublinhou que essa é a medida mais fácil, que é fazer uma lei. ----------

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que acha que não é bem assim, que os portugueses, muitas vezes, ficam num processo de passa culpas, e que isso nunca resolve problema nenhum, frisando que o que resolve o problema é cada um assumir as suas responsabilidades, fazendo aquilo que tem de ser feito. ----------

Disse que, nesse aspeto, está à vontade, porque, ainda numa das últimas reuniões de Câmara, defendeu que a Proteção Civil Municipal tem poucos recursos para fazer o que tem de ser feito, dizendo que, nomeadamente, se a Proteção Civil fosse eficaz, a questão do levantamento das propriedades, se calhar, já tinha estado mais acompanhada, teria sido feito esse levantamento, e, numa necessidade de resposta, a eficácia era melhor.----------

Referiu que, concordando que o tempo possa ser curto, e justamente por isso, logo que o Orçamento do Estado para 2018 foi publicado, em 29 de dezembro de 2017, esteve atenta, porque esta é uma matéria que diz respeito a todos, e que se sabe que a matéria da prevenção não dá votos, porque não é visível, dizendo que é muito mais visível quando surge um grande incêndio, porque aparece o Presidente de Câmara, que de outra forma não aparece, comentando que, infelizmente, é assim.----

Disse que, preventivamente, os vereadores do Partido Socialista

defenderam isto, não agora, já defenderam no passado, e que, agora, estão a alertar para que se esteja atento a esta situação, dizendo que o prazo é curto, mas que se tem de mexer e fazer. ----------

A vereadora Margarida Gariso disse que, por outro lado, existem verbas previstas no Orçamento do Estado para 2018 para o efeito, ao que o Sr. Presidente questionou quais são essas verbas, tendo aquela vereadora dito que não esteve a ver especificamente, mas que está prevista uma verba, tendo o Sr. Presidente referido que estão previstos oitocentos milhões de euros para todo o País, que, divididos por trezentos municípios, dá nem três mil euros a cada um. ----------

A vereadora Margarida Gariso continuou a sua intervenção dizendo que a Proteção Civil também faz parte da responsabilidade do Município, e que o responsável máximo pela Proteção Civil Municipal é o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que, independentemente do timing, porque o que está a apertar é o tempo curto que é estabelecido, ao que o Sr. Presidente interrompeu aquela vereadora para referir que não é só o timing, que é o cadastro, frisando que o Município não tem o cadastro, que é da responsabilidade do Governo Central. ----------

A vereadora Margarida Gariso disse que, se calhar, já há muito tempo que a Proteção Civil Municipal devia ter começado a fazer esse trabalho, e que não é por acaso que os vereadores do Partido Socialista defendem as Unidades Locais de Proteção Civil nas Juntas de Freguesia, porque têm de ser os primeiros parceiros, ao que o Sr. Presidente disse que são, e fazem parte da Proteção Civil Municipal. ----------

A vereadora Margarida Gariso prosseguiu dizendo que as Juntas de Freguesia têm de ter meios, e que tal como o Sr. Presidente está a

reclamar que o Governo não dá meios aos municípios, também têm de ser dados meios, às juntas de freguesia, que teriam de alocar outros meios de outras responsabilidades efetivas, para que conseguissem fazer, nomeadamente, esse levantamento. ----------

O Sr. Presidente fez notar que o cadastro das propriedades é responsabilidade do Governo Central, comentando que nem uma junta de freguesia tem capacidade para fazer esse levantamento, ao que a vereadora Margarida Gariso retorquiu dizendo que isso deve ser executado em coordenação com a Proteção Civil Municipal, de que o Sr. Presidente é o máximo responsável, instigando-o a estabelecer essa meta, a estabelecer esse objetivo, a estabelecer meios. ----------

Face à insistência da vereadora Margarida Gariso, o Sr. Presidente questionou aquela vereadora se sabe quem faz o cadastro do território, tendo a mesma respondido que o Sr. Presidente de Câmara tem de recorrer ao Instituto Geográfico e Cadastral, que esteve, no passado, a fazer o levantamento do território de Santa Maria da Feira, dizendo que é preciso começar o caminho, que o caminho se não se começa nunca se acaba, dizendo ainda que o Sr. Presidente fará aquilo que entender, e que os vereadores do Partido Socialista fariam de forma diferente. -------

Referiu que a vereadora Margarida Gariso pode dizer o que quiser, mas que já se percebeu que é conversa fácil, porque para quem tem de fazer as coisas no terreno é mais complicado, é muito mais difícil, ao que aquela vereadora retorquiu dizendo que é a desvantagem ou a vantagem de quem ganha a Câmara, que tem de fazer. ----------

O Sr. Presidente contrapôs dizendo que não é a desvantagem, é a competência para ganhar a Câmara, e é a competência do equilíbrio.

Prosseguiu reafirmando que a Câmara vai tentar cumprir, mas que o que critica é estar a ser transferida uma matéria, que era da competência do Governo, e que implica um conjunto de despesas, para os municípios, sem os mesmos terem meios para isso, comentando que o Governo habituou-se muito a descentralizar despesa, mas que não descentraliza receita, que é o que devia fazer. ----------

Disse que essa é que é a grande questão, porque a limpeza da floresta não precisa de um exército de trabalhadores, precisa de contratação pública, e que, se os municípios tiverem dinheiro, fazem isso com muita facilidade, porque têm competência para o fazer, dizendo que o que não aceita é que este legislador não seja sério e estabeleça, na lei, metas que sabe que são quase impossíveis de cumprir, e multas em caso de incumprimento, frisando que isso é que está mal. ----------

A vereadora Margarida Gariso interveio novamente dizendo que é um problema real que se tem de resolver, insistindo que, em relação ao Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, o mesmo está caducado desde 2015. ----------

Disse que o próprio Plano, que é de 2013, e está publicado na página da Câmara na internet, diz – passo a citar: "Este deverá ser revisto, segundo a Resolução 25/2008, de 18 de julho, no mínimo, uma vez em cada dois anos, ou, no caso de existirem alterações pertinentes que resultem dos exercícios realizados para verificar a operacionalidade dos meios envolvidos no âmbito do plano, ou ainda, de situações reais onde se verifique a necessidade de alterações do mesmo" – fim de citação. ----

Referiu que isto só para dizer como é que o Executivo Permanente sabe o risco que existe, ou a eficácia do que está previsto, se não se fazem

simulacros, ao que o vereador Vítor Marques questionou quem é que disse àquela vereadora que não se fazem simulacros, tendo a vereadora Margarida Gariso respondido que os que constam no Plano não se fazem, porque estão desatualizados. ----------

O Sr. Presidente interveio referindo que considera que o vereador Vítor Marques foi claro, dizendo que entendeu, da explicação daquele vereador, que a desatualização do Plano é muito mais por contactos telefónicos, até porque as pessoas vão mudando, os comandantes, o vereador, o Presidente da Câmara, e essas atualizações têm de ser feitas. ----------

Disse que, apesar de poder haver outros riscos, o risco maior no território é o risco de incêndio, e que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios foi revisto em 2015, está perfeitamente atualizado, acrescentando que precisará de algum acerto pontual até muito mais ao nível de contactos. ----------

O Sr. Presidente concluiu reafirmando que fazer leis é fácil, e cumprir no terreno com o que é necessário é mais difícil, frisando que o Executivo tem a obrigação de cumprir, e que quer um Executivo que cumpra, porque fazer leis é muito fácil, dizendo que, se os problemas dos incêndios ou das mortes se resolvessem com qualquer lei, não morria ninguém nem ardia nada, mas infelizmente não é assim. ---------

Sobre as **fugas de água na rede pública no Europarque**, o Sr. Presidente referiu que é um assunto que está a ser tratado com a Indaqua Feira e que, naturalmente, vai ser encontrada a melhor solução possível, ao que a vereadora Margarida Gariso insistiu perguntando se os quatro milhões de euros previstos no orçamento para o Europarque

também são para isso, tendo o Sr. Presidente respondido que depende, que é uma estimativa de investimento, e que o projetista é que irá dizer, acrescentando que, entretanto, já estão a ser substituídas algumas condutas, que se vai detetando com os técnicos do Europarque e com a Indaqua Feira, que tem sido parceira do Município neste processo, e que espera que se resolva, dando nota ainda que a rede que existe no Europarque era propriedade do próprio Europarque, não era propriedade da Indaqua Feira, e está-se agora a colaborar para resolver o problema das fugas. ----------

O Sr. Presidente, relativamente à questão colocada sobre o **Portal da Queixa**, recomendou aos Serviços de Apoio a verificação da situação. ---

Sobre a **falta de rede e serviço de cabo de fibra ótica**, abordada pela vereadora Lia Ferreira, o Sr. Presidente referiu que é uma questão de investimento dos privados, dizendo que são concessões de um serviço público que não é do Município, e que são situações que acontecem um pouco por todo o País, dizendo que não tem conhecimento de nenhum sítio em Santa Maria da Feira que não tenha rede, mas que não é matéria da responsabilidade do Município. ----------

Sobre a questão do **entupimento dos serviços hospitalares**, colocada pela vereadora Lia Ferreira, o Sr. Presidente referiu que é um assunto da área da Saúde, dizendo que o Executivo Permanente está atento, sublinhando que existe uma boa rede de cobertura e bons serviços de Saúde no Concelho. ----------

A vereadora Lia Ferreira voltou a intervir dizendo que, se calhar, explicou-se mal. Sublinhou que não colocou em causa o profissionalismo dos profissionais de Saúde do território, dizendo que

convém a Câmara estar atenta e acompanhar a situação, porque vai haver um excesso de pessoas e pouca escoação nos serviços existentes, porque é humanamente impossível atender tanta gente que está a dar entrada nesses serviços.----------

O vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, acrescentou que tem havido uma articulação com o ACES Entre Douro e Vouga – Feira/Arouca no sentido de as Unidades de Saúde Familiar estarem abertas até mais tarde, para evitar que efetivamente haja um afluxo ao Hospital, tendo a vereadora Lia Ferreira referido que a questão é que não está a haver capacidade de resposta para os internamentos necessários, e que muitas pessoas não estão a conseguir internamento. ----------

O Sr. Presidente sublinhou tratar-se de uma responsabilidade do Governo, dizendo que, no Concelho, existem uns bons serviços de cuidados de saúde primários, dos melhores do País, e que o Hospital de São Sebastião também é muito bom, e que, naquilo que lhe diz respeito pessoalmente, teve uma intervenção muito importante nas candidaturas a Fundos Comunitários, por causa do aumento do Serviço de Urgência do Hospital, e que a obra está aprovada, acrescentando que há um atraso no avanço da obra porque o Ministério das Finanças tem de dar autorização, que atrasou mais de um ano, senão a obra já estaria feita. ----------

Em relação aos **passeios junto à Escola Secundária de Santa Maria da Feira** e às árvores cortadas na Escola Secundária, o Sr. Presidente informou que a Junta de Freguesia tinha dado nota que iria substituir as árvores cortadas por novas árvores, e que vai arranjar os passeios

junto à Escola. ----------

Sobre a **esterilização de animais entregues para adoção**, o Sr. Presidente informou que, no Canil Intermunicipal, está a ser feita a esterilização de todos os animais, dizendo que não saem animais sem estar esterilizados, e que acha que, nesse aspeto, o Canil Intermunicipal é dos mais avançados do País, quer no processo de esterilização, que já é feito há uns meses, quer no processo de adoção, que é trabalhado com muita força. ----------

Disse que, mesmo assim, mesmo sendo aquele que trabalha melhor no País, há o problema de uma parte dos animais que ninguém adota, e que o problema é o que fazer, porque esses animais têm de ser alimentados, têm de ser cuidados, e não podem estar indefinidamente no Canil Intermunicipal, pelo que pede ajuda nesse aspeto, frisando que, se a vereadora Lia Ferreira tiver alguma sugestão, aceita. ----------

O Sr. Presidente concluiu dizendo assim que a parte que tem de ser feita está a ser feita, que é a esterilização, a desinfeção, e cuidar dos animais, e, depois, trabalhar o processo de adoção, frisando que, a partir daí, quando não se consegue que haja quem os adote, não existe solução. ----------

A vereadora Lia Ferreira voltou a intervir dizendo que, então, volta-se à velha discussão da importância de haver, realmente, uma equipa transversal que pense em soluções, que pense em formas de aplicar os animais, quando eles não podem ser adotados, ao que o Sr. Presidente referiu que por isso é que pergunta e pede para que lhe digam qual é a solução, frisando que já perguntou isso a toda gente e ninguém lhe dá uma solução. ----------

A vereadora Margarida Gariso interveio dizendo que poderá não ser especialista, mas que existem especialistas, pelo que começa logo por sugerir aquilo que os vereadores do Partido Socialista já sugeriram no passado, que é a criação de uma dinâmica de pessoas que pensem sobre o assunto, nomeadamente as associações de proteção dos animais que existem no Concelho, ao que o Sr. Presidente disse que essas não querem ficar com os animais, tendo a vereadora Margarida Gariso dito que serão aqueles que conhecem melhor a realidade e que, se calhar, sabem dar as respostas mais adequadas para esse problema, questionando se o Sr. Presidente já as chamou. ----------

O Sr. Presidente respondeu que fala com a Aanifeira regularmente, que é uma associação credível, ao que a vereadora Margarida Gariso contrapôs dizendo que há outras, tendo o Sr. Presidente dito que as outras querem fazer esterilizações, para ganhar dinheiro, ao que a vereadora Margarida Gariso referiu que não é isso que ouve de algumas com quem tem falado, tendo o Sr. Presidente sugerido que, então, aquela vereadora se aprofunde sobre quais são as condições em que as mesmas se propõem fazê-lo, ao que a vereadora Margarida Gariso disse que estará disponível para uma reunião a realizar com essas associações, sugerindo que as convoque. ----------

O Sr. Presidente disse que o vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, já reuniu com os responsáveis dessas associações e sabe o que elas querem, dizendo que, na sua opinião, a Aanifeira tem sido uma parceira impecável, de muitos anos, que faz um trabalho muito bom, e com uma dedicação extraordinária, pelo que é uma parceira que reputa de muito credível,

acrescentando que a Câmara a tem apoiado com um apoio anual, e que até tem instalações disponibilizadas pela Câmara. ----------

Disse que, entretanto, surgiram muitas associações no País, dizendo contudo que ainda não viu nenhuma que se proponha trabalhar gratuitamente, pelo contrário, querem ganhar dinheiro.----------

A vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que existem associações no território que cuidam dos animais e que não ganham dinheiro, e que até vendem, por exemplo, umas canequinhas para angariarem alguns fundos, ao que o Sr. Presidente referiu que a que conhece bem é a Aanifeira, dizendo que conhece uma outra, a Associação Verde Certo, cujo responsável é um senhor de Paços de Brandão, que pretende fazer o serviço de esterilização, e que há uma outra em Canedo ou no Vale, que é muito pouco recomendável, e que se a vereadora Margarida Gariso lá for vai ver que ele tem razão, tendo aquela vereadora dito que já lá foi, ao que o Sr. Presidente disse que, então, a vereadora Margarida Gariso sabe do que ele está a falar, tendo aquela vereadora referido que há outra associação em São Paio de Oleiros. ----------

O Sr. Presidente disse que há muitos amigos dos animais, há muita gente apaixonada e que dedica até o seu tempo livre a ajudar esta causa, e que elogia a atitude, mas que estava a falar de associações com trabalho efetivo, tendo a vereadora Margarida Gariso insistido sugerindo que o Sr. Presidente promova um debate sobre o assunto, que chame as pessoas a vir discutir com a Câmara, comentando que esta é daquelas situações em que a participação dos cidadãos que são mais sensíveis a esta matéria pode ser útil. ----------

O Sr. Presidente disse que não vale a pena continuar a bater na

questão, frisando que está aberto a ouvir e que, se alguém tiver uma ideia, que a dê, ou ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, ou a ele, Presidente da Câmara, ao que a vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que está a dar a ideia, ao Sr. Presidente, de abrir um grande debate com a população sobre esta temática. ----------

O Sr. Presidente fez sobressair que o debate está aberto, que aceita sugestões, dizendo que, quanto ao que já é feito, trabalha-se fortemente a adoção, e que, inclusive, há pessoas que levam animais para adotar para países estrangeiros, embora sejam casos muito residuais, muito pouco significativos, esclarecendo que, quando diz que há um processo de adoções a funcionar bem, refere-se a 50 a 60% dos animais que entram no canil, mas que o problema são os outros, os que ninguém quer adotar e que estão sempre aparecer.----------

Frisou que já pediu opiniões a especialistas, já reuniu com os veterinários, já reuniu com pessoas amigas dos animais, que dizem que gostam dos animais e que querem ajudar, dizendo que aparece muita gente que ajuda financeiramente, que compra rações, mas que isto é um paliativo, não resolve o problema. ----------

A vereadora Margarida Gariso voltou a insistir incitando o Sr. Presidente a aceitar o desafio de abrir uma discussão pública sobre o assunto e chamar os cidadãos à participação, ao que o Sr. Presidente questionou como é que aquela vereadora quer fazer a discussão pública, a qual respondeu que sugeria que o Sr. Presidente faça um grande debate, chamando a população à discussão, trazendo especialistas, convidando as associações locais, para discutir o assunto,

acrescentando que os outros países encontraram soluções e que também se tem de ser capaz.----------

O Sr. Presidente concluiu dizendo que a discussão está lançada e que pensa que esta medida resolve a questão dentro de dez a quinze anos, mas que o problema reside até lá.----------

A vereadora Lia Ferreira voltou a intervir dizendo que Oliveira de Azeméis fez, muito recentemente, uma ação de três dias, e que era muito interessante trazer e ouvir esse exemplo, e perceber como é que estão a trabalhar o assunto.----------

O Sr. Presidente retorquiu dizendo que trabalham como o faz o Município de Santa Maria da Feira, lembrando que o Município de Oliveira de Azeméis é sócio de Santa Maria da Feira no Canil Intermunicipal, ao qual outros municípios, como Estarreja e Murtosa, querem aderir, dizendo que Espinho aderiu à Associação de Municípios Terras de Santa Maria para vir trabalhar com os municípios que a constituem, assim como pretende Ovar, dizendo que os vereadores do Partido Socialista não sabem como a associação funciona e querem que o Município de Santa Maria da Feira vá aprender com os seus associados, ao que a vereadora Lia Ferreira contrapôs dizendo que não estava a falar em despejar os animais no canil, mas em procurar soluções para os animais.----------

O Sr. Presidente reafirmou que acha que os vereadores do Partido Socialista não conhecem o que existe e o bom trabalho que é feito, dizendo que o bom trabalho que é feito é a grande questão, porque o problema não é só do Município de Santa Maria da Feira, é de todo País, e que, seja o especialista que for, a questão é o que fazer,

reafirmando que, no entanto, estima que, no prazo de dez anos, a situação possa melhorar, de facto, com a esterilização, e com a consciencialização das pessoas, mas que, até lá, tem de se resolver o problema, ao que a vereadora Lia Ferreira disse que, por isso mesmo, acha que era interessante deixar-se o quadro político e passar-se a olhar este assunto unindo forças. ----------

O Sr. Presidente contrapôs dizendo estar disposto a ouvir, mas que, então, se o Partido Socialista quiser fazer o tal debate, que faça, tendo a vereadora Margarida Gariso retorquido dizendo que o Executivo Permanente tem os meios, e que os vereadores do Partido Socialista estarão disponíveis, insistindo que devem ser convidados até especialistas de países que já fizeram este caminho, e que estão mais avançados.----------

O Sr. Presidente questionou a vereadora Margarida Gariso se sabe que Brigitte Bardot, que é uma grande amiga dos animais, é um dos parceiros do canil da Aanifeira, fazendo sobressair assim que já se chegou muito longe, que aquela vereadora é que não tem noção do que é feito, a qual respondeu questionando qual é, então, o problema, se personalidades como aquela já chegaram até aqui, frisando que, então, resolva-se o problema.----------

O Sr. Presidente disse que não se resolve o problema dos animais que ninguém adota, ao que a vereadora Margarida Gariso disse que o Sr. Presidente está a pôr uma parede à frente, apelando novamente a que faça aquilo que os vereadores do Partido Socialista sugerem, que é abrir uma discussão pública, chamando especialistas estrangeiros, para todos discutirem o assunto e encontrar-se soluções.----------

O Sr. Presidente finalizou dizendo que não está a colocar qualquer parede à frente, que aceita sugestões, que até já disse, no congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, aos seus colegas, que, se algum tiver uma solução para este problema, está aberto a aceitá-la, e dá os parabéns a quem tiver uma solução, fazendo sobressair assim que fica aberta a discussão e que aceita sugestões. ----------

Em relação à questão colocada pelo vereador Bruno Mota sobre o **ponto da situação da Requalificação da Rua dos Camalhões e Rua Santa Isabel, em Argoncilhe**, o Sr. Presidente referiu que, da parte do Município de Santa Maria da Feira, está tudo feito, concurso e adjudicação, mas que surgiu o problema de a Câmara de Vila Nova de Gaia ter alguma dificuldade para fazer a cativação da parte da despesa que lhe compete, pelo que, neste momento, aguarda-se uma comunicação da Câmara de Vila Nova de Gaia que diga que a respetiva verba já está cativada. ----------

O vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, informou que já se está a aguardar desde agosto ou setembro de 2017, dizendo que a Câmara de Vila Nova de Gaia propôs que a Câmara de Santa Maria da Feira avançasse com a parte que lhe cabe, o que juridicamente é impossível, uma vez que há um acordo conjunto para a realização da empreitada. ----------

O Sr. Presidente acrescentou que a Câmara de Vila Nova de Gaia queria que a Câmara de Santa Maria da Feira fizesse a despesa e que, depois, pagava, dizendo contudo que a lei não o permite, que Vila Nova de Gaia tem de fazer a sua parte, atendendo a que existe um acordo de entidades adjudicantes, pelo que o início da obra depende,

exclusivamente, da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia neste momento, e que espera que, com o novo ano, esta consiga ultrapassar o problema. ----------

- EN1-14, em Gondesende – Esmoriz ----------

A vereadora Margarida Gariso perguntou ao Sr. Presidente se já falou com o seu colega, o Sr. Presidente da Câmara de Ovar, sobre a questão da EN1-14, em Gondesende – Esmoriz, dizendo que está cada vez pior, e que, agora, com as chuvas, os buracos são imensos, não se veem, e as pessoas estão a ter danos nas viaturas. ----------

O Sr. Presidente deu a palavra ao vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, que disse que é uma situação que tem vindo a ser falada com o Sr. Presidente da Câmara de Ovar há já cerca de dois anos, e que se está a aguardar, comentando que não se pode obrigar a Câmara de Ovar a fazê-lo, ao que a vereadora Margarida Gariso disse que sabe que a Câmara de Santa Maria da Feira não manda na Câmara de Ovar, mas que deve insistir perante a Câmara de Ovar, porque as populações de Santa Maria da Feira estão a ser prejudicadas. ----------

O Sr. Presidente recomendou ao vereador Vítor Marques que providencie no sentido de enviar um ofício ao Sr. Presidente da Câmara de Ovar a alertar novamente para o problema, de que já se falou várias vezes, dizendo que os próprios munícipes de Ovar estão a ser prejudicados, e que aquela obra, de facto, é uma necessidade.----------

A vereadora Margarida Gariso disse que era importante que, inclusivamente, o assunto tivesse visibilidade nos meios de comunicação social, porque, se chegar aos ouvidos do Sr. Presidente de

Câmara de Ovar, pode ser que ele fique sensibilizado, e faça a obra, porque está a prejudicar os cidadãos de Ovar, os cidadãos de Santa Maria da Feira, e todos os outros que por ali passam. ----------

---

ORDEM DO DIA----------

1 – Atas ----------

- Reunião ordinária de 4 de dezembro de 2017 ----------

Foi presente à Câmara a ata da reunião ordinária de 4 de dezembro de 2017, a qual, após submetida a votação, foi aprovada, por unanimidade. ----------

O vereador Bruno Mota não participou na votação em virtude de não integrar a Câmara aquando da realização daquela reunião. ----------

- Reunião ordinária de 18 de dezembro de 2017 ----------

Retirada da Ordem do Dia. ----------

- Reunião extraordinária de 27 de dezembro de 2017----------

Retirada da Ordem do Dia. ----------

2 – Processos de Urbanização e Edificação----------

- Processo n.º 613/2017 – Alteração de Operação de Loteamento Urbano, situado na Rua da Fonte Fria, n.º 281, Vila Maior, em que é requerente Dinis Pereira da Costa ----------

O vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, apresentou à Câmara o processo em epígrafe e explanou detalhadamente o assunto a que se refere o parecer técnico n.º 35159/2017/INT, de 27 de novembro de 2017, subscrito pela Arq.ª Maria José Alves, do seguinte teor:----------

"A - Caracterização da Pretensão ----------

Com o Alvará de Loteamento 397/1984/ALV, emitido em nome de Junta de Freguesia de Vila Maior, em 1984-09-19, foram constituídos 65 lotes, sitos no lugar de Padrão, da união das freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior (extinta freguesia de Vila Maior), sendo ainda cedidas ao Domínio Público áreas destinadas a zona social, zona verde pública e zona desportiva. ----------

Posteriormente, por despacho de 1986-08-29, foi autorizada a inclusão de mais sete lotes no mesmo Alvará de Loteamento (66 a 72 inclusive), tendo o lote 66 a área de 877,00 m². ----------

Assim é pretensão do requerente a alteração do lote 66 do referido Alvará, nos seguintes aspetos: ----------

- Regularização da atual configuração do lote 66, mantendo a sua área;
- Alteração do polígono base; ----------
- Alteração do número de pisos; ----------
- Aumento da área de implantação; ----------
- Aumento da área de construção; ----------
- Constituição de uma área destinada a anexos. ----------

B – Análise----------

De acordo com a Declaração Junta da União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior e Memória Descritiva, anexas ao processo, a atual configuração do lote 66, deve-se aos alinhamentos definidos no início do loteamento pela Junta de Freguesia de Vila Maior. ----------

Neste sentido a configuração do lote, definida pelo loteador, envolve área pertencente ao lote e área destinada a zona verde pública, mantendo-se, no entanto, inalterável a área do lote (877,00 m²), constante no Alvará de Loteamento. Assim uma vez que, a atual

configuração do lote envolveu área do domínio público, deverá a Câmara Municipal em sua Reunião, aprovar a atual delimitação do lote 66. ----------

Analisada a proposta do requerente e sob o ponto de vista urbanístico e regulamentar, não se vê qualquer inconveniente na aceitação das alterações pretendidas. Neste sentido e caso a atual configuração do lote seja aprovada em Reunião de Câmara, a fim de dar-se cumprimento ao estabelecido no n.º 3 do artigo 27.º do DL n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada, deverá proceder-se à notificação para pronúncia de todos os proprietários dos lotes constantes do Alvará. Sendo o número de interessados superiores a 50, a notificação será feita por Anúncio, a publicar nos termos do CPA." ----------

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, sob proposta do vereador José Manuel Oliveira e por unanimidade, aprovar a atual delimitação do lote 66, procedendo-se em conformidade com o parecer técnico supratranscrito, cometendo a tramitação do assunto ao Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes. ----------

- Processo n.º 787/2016 – Remodelação e ampliação de edifício, situado na Rua da Escola, Vale, em que é requerente Centro Social e Paroquial do Vale ----------

O vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, apresentou à Câmara o processo em epígrafe e explanou detalhadamente o assunto a que se refere o parecer técnico n.º 36715/2017/INT, subscrito pelo Eng.º Vítor Bernardino, datado de 11 de dezembro de 2017, do seguinte teor: ----------

"À consideração superior: ----------

Analisado o processo em epígrafe, verifica-se que o requerente solicita que a proposta (implantação do edifício a 3,00 metros da estrema) seja enquadrada ao abrigo do n.º 6 do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, assim e face ao exposto pelo requerente deverá o assunto ser remetido à deliberação da Câmara Municipal."-----

Instrui o parecer supratranscrito as condições de licenciamento as quais se dão aqui por reproduzidas e fazem parte integrante do mesmo.

A Câmara debruçou-se na análise do assunto, tendo a vereadora Lia Ferreira questionou se o edifício em questão cumpre o Decreto-Lei n.º 163/2006. ----------

O vereador José Manuel Oliveira respondeu que, se tem uma informação favorável dos técnicos da Câmara, tem de cumprir, tendo a vereadora Lia Ferreira retorquido dizendo que não era o primeiro edifício que via não cumprir, tendo sido aceite pela Câmara. ----------

O vereador José Manuel Oliveira, dirigindo-se à vereadora Lia Ferreira, disse que lhe fazia o desafio de, quando vir um edifício que não cumpra e que tenha sido aceite pela Câmara, o informar, porque terá de chamar os técnicos à atenção, ao que aquela vereadora questionou o vereador José Manuel Oliveira se tinha a certeza que queria esse desafio, o qual respondeu que quer. ----------

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, sob proposta do vereador José Manuel Oliveira e por unanimidade, deferir a pretensão do requerente, enquadrando-a no n.º 6 do artigo 27.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, nos termos e com os fundamentos constantes no parecer supratranscrito, cometendo a tramitação do assunto ao Pelouro do Planeamento,

Urbanismo e Transportes. ----------

3 – Parceria com a Fundação da Juventude no âmbito do projeto Get Forward ----------

- Aprovação da minuta do protocolo----------

A vereadora do Pelouro da Educação, Desporto e Juventude, Cristina Tenreiro, apresentou e explanou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação subscrita pela técnica superior Teresa Ferreira, datada de 22 de dezembro de 2017, do seguinte teor: ----------

"A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, no âmbito da sua estratégia de política de Juventude, tem procurado apoiar iniciativas que vão ao encontro das necessidades socioculturais, profissionais e formativas, dos jovens naturais e residentes neste Município. ----------

A parceria da autarquia com a Fundação da Juventude veio proporcionar um contacto mais direto e assertivo com projetos e iniciativas que visam a integração de jovens na vida ativa, nomeadamente, nas áreas da Formação Profissional, Emprego e Empreendedorismo, Cidadania e Voluntariado, Criatividade e Inovação e Ciência e Tecnologia.----------

É nesta perspetiva que surge a sua intenção de estabelecimento de protocolo de colaboração mútua com vista à realização do projeto Get Forward que é uma iniciativa de inclusão social dirigida a jovens em situação de risco de exclusão social. ----------

O Get Forward é um projeto de inovação social que promove a inclusão social de jovens em situação de risco através da capacitação, desenvolvido pela Fundação da Juventude, em parceria com Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, na qualidade de Investidor Social. ----------

Dirigido a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos, o projeto destina-se a jovens em situações de maior fragilidade social como desemprego, abandono escolar, situações familiares delicadas ou jovens institucionalizados. Atendendo ao atual contexto de crise económica e financeira internacional e às mais variadas situações de fragilidade social, procura estimular o desenvolvimento pessoal, a integração social e a empregabilidade dos jovens através de iniciativas como a capacitação ao nível das competências pessoais, o acompanhamento social através de Mentores e a promoção da primeira experiência no mercado de trabalho.----------

O projeto, que decorrerá ao longo do ano de 2018, irá envolver um total de 120 jovens da região norte, em seis ações de capacitação até 2019, uma por cada um dos seis municípios parceiros do projeto (Porto, Maia, Gondomar, Matosinhos, Gaia e Santa Maria da Feira). ----------

Com um elevado impacto social, o Get Forward não só aposta na promoção de novas políticas públicas de promoção de competências técnicas ajustadas às necessidades de competências laborais, como também procura promover a alteração de comportamentos de risco, como o abuso e o tráfico de drogas, crime, violência e gangues, com evidentes efeitos positivos para a sociedade.----------

No âmbito deste projeto a Fundação da Juventude compromete-se a: ---

a) Dotar os jovens, em situação de desemprego e/ou de exclusão social, de competências sociais, comportamentais e técnicas que lhes permitam reintegrar o mercado de trabalho ou o sistema de ensino;-----

b) Proceder ao pagamento de subsídio de alimentação e transporte dos jovens;----------

c) Atribuir um mentor que acompanhará os jovens durante a realização do projecto. ----------

d) Implementar ações de informação e esclarecimento, sempre que tal for necessário;----------

e) Divulgar e disseminar estas atividades e seus resultados em articulação com o Município de Santa Maria da Feira.----------

Para a prossecução das atividades previstas na cláusula anterior, o Município de Santa Maria da Feira compromete-se a: ----------

a) Divulgar e disseminar estas actividades assim como os seus resultados, nomeadamente em forma digital, em articulação com o Primeiro Outorgante;----------

b) Identificar os públicos-alvo, funcionando como facilitador de contactos com agentes locais, como Centros Sociais, Centros de Emprego, etc.;----------

c) Identificar quais as áreas de competências em que o Município apresenta necessidades de Capital humano; ----------

d) Identificar e contactar as instituições/empresas de acolhimento dos jovens, na componente prática do projeto. ----------

Assim sendo, uma vez que o projeto em questão se enquadra nas dinâmicas integradas do Município no âmbito da Juventude, potenciando competências ao nível do empreendedorismo, formação e inclusão na vida ativa, considero estarem reunidas todas as condições para que, no presente ano, de 2018, seja estabelecido um protocolo de parceria com a Fundação da Juventude, que segue em anexo.----------

Pelo exposto, considerando as competências da autarquia, exaradas nas alíneas d) e e), do n.º 2, do artigo 23.º e da alínea u) do n.º 1 do artigo

33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeto à apreciação e aprovação da Exma. Câmara Municipal a minuta do protocolo para o Projeto Get Forward, em anexo."----------

Acompanha a informação supratranscrita a minuta do protocolo a que a mesma se refere, que, seguidamente, se transcreve: ----------

"Protocolo ----------

Dada a importância que o trabalho em parceria desempenha ao nível do desenvolvimento de respostas (âmbito) que afetam, entre outros, a juventude, acordam as partes, Fundação da Juventude, Entidade de Direito Privado sem fins lucrativos, pessoa coletiva n.º 502363342, com sede no Largo de S. Domingos, 19-21, 4050-545 Porto, neste ato representado por Eng.º Francisco Maria Balsemão, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração, designado para os efeitos do presente ato como Primeiro Outorgante, e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, pessoa coletiva n.º 501157280, com sede na Praça da República, 4520-174 Santa Maria da Feira, representada pelo Emídio Sousa, com poderes para o ato, designado para efeitos da presente intenção de cooperação como Segundo Outorgante em outorgar a presente intenção de cooperação nos termos seguintes: ----------

O presente protocolo tem por objeto estabelecer os princípios de colaboração mútua dos outorgantes, com vista à realização do projeto Get Forward que é uma iniciativa de inclusão social dirigida a jovens em situação de risco de exclusão social. ----------

Cláusula 2.ª ----------

(Obrigações do Primeiro Outorgante)----------

1. No âmbito do presente protocolo o Primeiro Outorgante compromete-

se a:----------

a) Dotar os jovens, em situação de desemprego e/ou de exclusão social, de competências sociais, comportamentais e técnicas que lhes permitam reintegrar o mercado de trabalho ou o sistema de ensino;-----

b) Proceder ao pagamento de subsídio de alimentação e transporte dos jovens;----------

c) Atribuir um mentor que acompanhará os jovens durante a realização do projeto. ----------

d) Implementar ações de informação e esclarecimento, sempre que tal for necessário;----------

e) Divulgar e disseminar estas atividades e seus resultados em articulação com o Segundo Outorgante.----------

Cláusula 3.ª ----------

(Obrigações do Segundo Outorgante) ----------

1. Para a prossecução das atividades previstas na cláusula anterior, o Segundo Outorgante compromete-se a:----------

a) Divulgar e disseminar estas atividades assim como os seus resultados, nomeadamente em forma digital, em articulação com o Primeiro Outorgante;----------

b) Identificar os públicos-alvo, funcionando como facilitador de contactos com agentes locais, como Centros Sociais, Centros de Emprego, etc.;----------

c) Identificar quais as áreas de competências em que o Município apresenta necessidades de Capital humano; ----------

d) Identificar e contactar as instituições/empresas de acolhimento dos jovens, na componente prática do projeto. ----------

Cláusula 4.ª ----------

(Validade) ----------

1. O presente protocolo é válido durante a duração do Projeto Get Forward, que tem o seu término em dezembro de 2019.----------

2. O presente protocolo pode ser rescindido ou modificado por acordo escrito das partes. ----------

Cláusula 5.ª ----------

(Vigência) ----------

O presente protocolo entrará em vigor depois de assinado pelos Outorgantes, sendo feito em duplicado e ficando um exemplar em poder de cada um dos Outorgantes. ----------

Feito e assinado em duplicado, em Santa Maria da Feira, no dia (espaço em branco) de (espaço em branco) de (espaço em branco) valendo os dois exemplares como originais." ----------

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, sob proposta da vereadora Cristina Tenreiro e por unanimidade, aprovar a minuta supratranscrita, cometendo a tramitação do assunto ao Pelouro da Educação, Desporto e Juventude. ----------

4 – Empreitada de "Construção do Pavilhão Desportivo de Mozelos – Santa Maria da Feira" ----------

- Pedido de prorrogação do prazo de execução da empreitada --------

O vereador do Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde, Vítor Marques, apresentou à Câmara o assunto em epígrafe, a que se refere a informação n.º 57-DFE-SAC/2017, subscrita pela Eng.ª Susana Catalão, da Divisão de Fiscalização e Empreitadas, datada de 19 de dezembro de 2017, do seguinte teor: ----------

"A empresa Joaquim Fernandes Marques & Filho, S A, responsável pela execução dos trabalhos da empreitada em assunto, entregou neste município o pedido de prorrogação de prazo da mesma até ao dia 20 de abril de 2018, correspondente a 95 dias. ----------

O pedido é justificado com condicionalismos de várias naturezas, nomeadamente no que diz respeito ao atraso no início dos trabalhos, por ter coincidido com a época natalícia e às condições climatéricas adversas para executar trabalhos com movimentação de terras, bem como referentes a atraso na entrega de materiais e falta de mão-de-obra. Acrescenta, ainda, a necessária aprovação de materiais e esclarecimento de dúvidas, em particular no que diz respeito à estrutura metálica e também à execução de trabalhos a mais na rede de incêndio. ----------

Analisando os planos de trabalhos e pagamentos entregues verifica-se que estes estão de acordo com os trabalhos a executar. ----------

Assim, atendendo a que é do interesse público a conclusão efetiva dos trabalhos, de acordo com o disposto no artigo 24.º das cláusulas gerais do Caderno de Encargos, propõe-se que seja concedida, de forma graciosa, a prorrogação de prazo da empreitada até ao dia 20 de abril de 2018, como solicitado pelo empreiteiro. ----------

À consideração superior." ----------

Acompanham a informação supratranscrita os documentos a que a mesma se refere.----------

Interveio a vereadora Margarida Gariso dizendo que os vereadores do Partido Socialista, em coerência com aquilo que têm vindo a defender, entendem que, nestas matérias, se deve ser rigoroso e exigente com

quem assume contratos com a Câmara.----------

Disse que, para os vereadores do Partido Socialista, os argumentos que são invocados não colhem, dizendo que, quanto às condições climatéricas que são invocadas como uma das razões para o pedido da dilação do prazo, se há coisa que não aconteceu, durante 2017, foram grandes chuvadas, bem pelo contrário, pelo que não colhe. ----------

Referiu que a cobertura do pavilhão ficou concluída em agosto de 2017, pelo que acha que havia todas as condições para prosseguir com a empreitada, dizendo que, por outro lado, não consegue perceber a alegação da falta de pessoal, com tanto desemprego que existe, e que, quanto à questão da época natalícia, um profissional também tem de saber que existe, e que estas situações ocorrem, pelo que tem de criar as condições para que possa cumprir o contrato.----------

Prosseguiu dizendo que, ainda hoje, esteve no Pavilhão de Mozelos, por outras razões, e esteve a observar a obra, e que lhe foi dito que, até ao dia 1 de outubro de 2017, sabe-se lá bem porquê, as obras avançaram a grande ritmo e, a partir daí, abrandaram fortemente, pelo que os vereadores do Partido Socialista entendem que não podem considerar estes argumentos, que estão a ser ponderados como justificáveis. -------

Disse que aproveitava para referir, porque justamente foi alertada para isso, algumas questões relativamente ao terreno que está ao lado do pavilhão, que é pertença da Câmara, onde, mesmo antes da construção do pavilhão, foram depositadas grandes quantidades de camiões de terra, referindo que, inclusivamente, teve oportunidade de entrar no terreno e verificar que existe um amontoado de lixo no local, o que acha estranho.----------

A vereadora Margarida Gariso continuou a sua intervenção dizendo que não sabe quem é que está a gerir o terreno, que tem um arame a vedá-lo e um aloquete, mas que gostaria de saber, referindo que, ao fundo do terreno, existe uma linha de água e, ao lado, terrenos e casas de pessoas que lá residem, salientando que, se houver grandes inundações, aquela terra vai deslizar, porque está numa cota muito superior. ----------

Questionou o que é que a Câmara está a pensar fazer naquele terreno, como é que pretende acautelar o depósito de lixos, e, por outro lado, quem é que vai fazer o arranjo dos espaços exteriores ao pavilhão, se a Câmara, se a Junta de Freguesia. ----------

O vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, José Manuel Oliveira, informou que as terras a que a vereadora Margarida Gariso se referiu são terras oriundas do saneamento de solos que foi necessário fazer para a construção do pavilhão. Disse que houve necessidade de retirar terras e colocar novas terras para sanear os solos, e que a terra que existe no local é terra que foi retirada da zona do pavilhão e que está amontoada ao lado. ----------

A vereadora Margarida Gariso insistiu dizendo que também disseram aos vereadores do Partido Socialista que houve terras que vieram de muitas outras partes do Concelho, fazendo sobressair que essas terras elevaram imenso a cota do terreno. ----------

O vereador José Manuel Oliveira disse que a terra que veio de outros locais do Concelho foi exatamente para tapar o buraco da terra que tinha sido retirada para a construção do pavilhão, explicando que, quando os solos são de fraca qualidade, é preciso retirar a terra e

colocar outra de melhor qualidade, e compactá-la para se poder construir, frisando que foi isso que foi feito, ao que aquela vereadora referiu que, agora, é preciso retirá-la.----------

O vereador José Manuel Oliveira informou que as terras que estão amontoadas são para modelar, que farão parte de um projeto de arquitetura paisagista para toda a envolvente do pavilhão, para o desenvolvimento de um espaço de utilização coletiva que seja atrativo, que seja um espaço verde, um espaço lúdico, um espaço de lazer. -------

A vereadora Margarida Gariso questionou quando é que se estava a pensar fazer o que o vereador José Manuel Oliveira referira, dizendo que, entretanto, é preciso saber quem é que está a tomar conta do local e também saber o que fazer ao lixo que lá existe. ----------

O vereador Vítor Marques explicou que foi criado um arruamento, em terra batida, de acesso ao terreno, para a retirada das terras e para a modelação do terreno, e que, na altura, o local foi deixado aberto temporariamente e houve depósito de materiais por parte de pessoas. --

O Sr. Presidente disse que, se existe lixo no local, tem de ser retirado, salientando que, por vezes, a Câmara tem de fazer essas limpezas no Concelho, porque estas situações acontecem, infelizmente, em muitos sítios. ----------

A vereadora Margarida Gariso concluiu questionando se os arranjos exteriores daquele espaço são da responsabilidade da Câmara, ao que o Sr. Presidente respondeu afirmativamente, tendo a vereadora Margarida Gariso questionado ainda se esse trabalho será algo que irá ser feito no imediato, em 2018, tendo o Sr. Presidente respondido que existe um arranjo exterior que faz parte da empreitada em questão, e que o

arranjo dos outros terrenos sobrantes são responsabilidade da Câmara, que terá de os limpar e modelar, oportunamente. ----------

Submetido o assunto a votação, constatou-se que a Câmara deliberou, sob proposta do vereador Vítor Marques e por maioria, com os votos favoráveis do Sr. Presidente e dos vereadores José Manuel Oliveira, Cristina Tenreiro, Vítor Marques, Helena Portela, Gil Ferreira e Teresa Vieira, autorizar a prorrogação do prazo de execução da empreitada em epígrafe por 95 dias, até ao dia 20 de abril de 2018, a título gracioso, nos termos e com os fundamentos constantes na informação supratranscrita, cometendo a tramitação do assunto ao Pelouro das Obras Municipais, Proteção Civil, Ambiente e Saúde. ----------

Os vereadores Margarida Gariso, Lia Ferreira, Délio Carquejo e Bruno Mota votaram contra. ----------

A vereadora Margarida Gariso fez a seguinte declaração de voto: ---------

"A razão do voto contra tem que ver com o facto de os argumentos invocados para a prorrogação do prazo não corresponderem, de facto, à realidade que nós constatámos no terreno, e, por isso, não aceitamos tal e qual como não aceitámos noutras circunstâncias. ----------

Evidentemente que, quando nós assumimos esta posição, nós somos favoráveis à execução da obra, não concordamos é da forma como estas obras são adiadas pelas razões que estão a ser invocadas" ----------

Resumo diário de tesouraria----------

A Câmara tomou conhecimento – através de fotocópia do resumo diário de tesouraria disponibilizado, na reunião, a todos os membros – do saldo das dotações orçamentais do dia 29 de dezembro de 2017, no valor de 27.624.687,06 €. ----------

Listagem dos pagamentos efetuados ----------

A Câmara tomou conhecimento – através de listagem disponibilizada, oportunamente, a todos os membros da Câmara, conjuntamente com os documentos da reunião – dos pagamentos efetuados entre 12 e 22 de dezembro de 2017, no valor total de 3.469.343,70 €. ----------

Aprovação do texto das deliberações em minuta ----------

Nos termos do n.º 6 do artigo 11.º do Regimento da Câmara Municipal, foi aprovado, por unanimidade, em minuta, o texto das deliberações tomadas. ----------

Nada mais havendo a tratar, às 16 horas e 20 minutos, o Sr. Presidente encerrou a reunião de que se lavrou esta ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Técnica Superior que secretariou a reunião e que a lavrou. ----------

O Presidente da Câmara, _____

A Técnica Superior, Maria Isabel Soares Campos e Sousa